

A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA DA PONTE INTERFACES COM EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ESTUDO DE CASO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PROFESSOR SÉRGIO LOPES

Thamille Pereira dos Santos (1);

(Universidade Federal de Santa Maria), thamillepereira@gmail.com

Esta pesquisa buscará investigar a consolidação da proposta baseada na Escola da Ponte da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Sérgio Lopes, no município de Santa Maria – RS, que declara ter por base princípios democráticos. Nesse sentido, busca-se compreender como os sujeitos, público alvo da educação especial, conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) desenvolve sua aprendizagem, democracia, autonomia e a consciência de si como ser social, partindo dos princípios da escola, bem como está instituição percebe a inclusão e como os estudantes estão inseridos neste contexto. Além disso, analisar como ocorre a gestão das práticas pedagógicas e das práticas gestoras escolares, desse modelo escolar pautado nos princípios democráticos.

Pois conforme Pacheco J.; Pacheco M. (2015), nos princípios da Escola da Ponte, nenhuma criança é mais especial que a outra, mas cada criança é especial. O que nos leva a crer, que o ambiente proporciona uma inclusão desvinculada de preconceitos, discriminações e exclusões veladas, e também a prática pedagógica dessa escola que tem por objetivo tornar os alunos cidadãos autônomos, críticos, participativos, solidários e conscientes de si como ser social, denota que todos são capazes de desenvolver os princípios por meio da aprendizagem que o contexto escolar proporciona, está que vai além do adquirir conhecimentos curriculares, partindo do princípio que a criança adquire conhecimentos e saberes baseado essencialmente na liberdade, “permitida a cada criança é concedida na proporção que ela é capaz de utilizar” (QUEVEDO, 2014, p.166), ou seja, através das práticas pedagógicas adotadas nesta escola, em que os alunos trabalham em projetos de aprendizagem, é oportunizado que eles construam seu conhecimento a partir de seus interesses e habilidades, no seu ritmo aptidão e expectativa e também na colaboração com o outro, com a cultura escolar.

A problemática tratada neste projeto surge de inquietações que interligadas entre si desenvolvem duas perguntas problemas:

- Como a escola que preza por princípios democráticos, constitui sua gestão escolar e pedagógica em relação aos processos inclusivos?

- Esta perspectiva contribui para que o público alvo da educação especial desenvolva de fato sua autonomia, cidadania e a compreender-se como ser social, ou seja, possibilita a vivência da democracia?

O objetivo geral que norteia esta pesquisa é de investigar como ocorrem os processos gestores escolares e pedagógicos inclusivos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Sérgio Lopes, que tem por princípios os democráticos. Já os objetivos específicos são:

- Identificar os princípios norteadores das práticas pedagógicas inclusivas;
- Compreender como ocorre a gestão escolar dessa instituição;
- Evidenciar os princípios de gestão escolar e pedagógica desta instituição;
- Analisar como ocorre o desenvolvimento da consciência de si como ser social-com-os-outras do sujeito público alvo da educação especial;

Sendo assim, esse trabalho justifica-se de modo que a proposta da Escola da Ponte vem ao encontro do atual paradigma da inclusão e dos princípios e finalidades democráticas da educação básica nas políticas públicas brasileiras, ou seja, transformar as práticas escolares valorizando as diversas formas de aprendizagem, com objetivo de ensinar na cidadania, em que cada aluno possa se reconhecer como autor de sua vida e desenvolver-se enquanto pessoa, no mesmo momento em que se responsabiliza pelo seu entorno e pela transformação do contexto que vive.

A abordagem metodológica que guiará o percurso deste trabalho será qualitativa, que visa à descrição de um fenômeno, buscando compreendê-lo em sua singularidade. Adotando-se a pesquisa participante, que ocorre “através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos” (MINAYO, 1994, p. 59).

Em relação aos sujeitos da pesquisa, não será delimitado um grupo específico, mas toda a equipe da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Sérgio Lopes, pois a proposta pedagógica engloba toda a equipe escolar como responsável pelos educandos.

Portanto, a observação em campo será direcionada ao modo como as relações pedagógicas e sociais são estabelecidas, no contexto da participação democrática, observando como ocorrem os processos inclusivos e o desenvolvimento da autonomia, responsabilidade, cooperação, solidariedade, respeito ao outro e da aprendizagem de todo o público alvo da educação especial desta escola, dessa forma realizar uma análise da gestão escolar e pedagógica. Quanto à coleta de dados e os instrumentos utilizados, estarão presentes, principalmente a utilização de entrevistas e a observação participante aliada ao Diário de Campo. Em relação aos procedimentos de análise e interpretação de dados dos dados coletados, será utilizado a Análise de Conteúdo de Bardin (1979).

Para contextualizar a pesquisa teoricamente, a seguir realizou-se breve discussão teórica que procura evidenciar os princípios da educação nas políticas públicas do Brasil, e Escola da Ponte de Portugal.

A Educação Especial no Brasil constitui-se na trajetória de diversas lutas e resistências sociais, políticas, pedagógicas e ideológicas.

No contexto atual a educação das pessoas com deficiência, transtorno do espectro do autismo e pessoas com altas habilidades/superdotação, é pautada em políticas que asseguram a inclusão dos sujeitos no ambiente escolar. Sendo está uma nova perspectiva para a escola, trazendo para o seu interior todos aqueles alunos que se encontravam fora por meio dos programas, políticas educacionais, de assistência e previdência.

Essa nova ordem inclusiva, surgiu pelo na década de 1990, com os movimentos sociais, nacionais e internacionais, que resultaram em documentos significativos. Sendo a mais significativa a Declaração de Salamanca, em 1994, passou a vigorar a “era da inclusão”, esta foi o resultado da realização da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e qualidade, realizada pela UNESCO na Espanha.

A partir desse momento, ocorreu o desencadeamento de ações inclusivas, no contexto brasileiro e o alinhamento da legislação educacional (LDBN nº 9394/96 – Art. 4º, III e Capítulo V, Art. 58; Plano Nacional de Educação (2001)), Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) e em seguida a publicação do documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008), este documento orienta a obrigatoriedade da educação escolar regular para todos os sujeitos, independente de suas características, deficiências condições e possibilidades de permanência, e por consonância define a Educação Especial como uma modalidade transversal de ensino.

Nesse sentido, constitui-se conforme Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, a qual

educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e em outros, como os transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento desses estudantes. A educação especial direciona suas ações para o atendimento às especificidades desses estudantes no processo educacional e, no âmbito de uma atuação mais ampla na escola, orienta a organização de redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas (BRASIL, 2008, p.11).

Partindo desse contexto inclusivo, observa-se que a escola tem compromisso em diminuir as desigualdades sociais, exercer a escola para todos, ou seja, todos são incluídos no ambiente escolar, e com o principal objetivo formar cidadãos com competência técnica para atuar no capitalismo.

Conforme exposto no Capítulo II, seção I, Art. 22. da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as finalidades da educação básica é “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. E em seguida no mesmo capítulo e seção, o Art. 27, apresenta as diretrizes que os conteúdos curriculares devem observar, para garantir o desenvolvimento dos alunos, destaque-se “I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática” (BRASIL, 1996).

A partir desse contexto a escola vive o embate entre seus objetivos, finalidades e diretrizes pelo fato, de o modelo dito “tradicional” não conseguir atender essas demandas, pois conforme Pacheco J.; Pacheco M. (2015, p. 18):

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) estabelece que as escolas devem ter autonomia pedagógica e administrativa para gerir os seus processos, mas impõe instrumentos de controle que, associados à apatia da maioria dos profissionais e das famílias dos estudantes, fazem com que se tenha uma autonomia apenas na letra.

Na Lei de Diretrizes e Bases de 1996, conforme Pacheco J.; Pacheco M. elucidaram anteriormente, a educação básica a sua gestão tem total autonomia de organização na estruturação de sua formação. Conforme o Art. 22º:

A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

Ainda assim, ter por finalidade “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornece-lhes meios para progredir no trabalho e nos estudos posteriores” (BRASIL, 1996, p. 6). Tal autonomia de gestão escolar deve estabelecer

parâmetros de qualidade ao trabalho coletivo, norteados as responsabilidades do conjunto dos profissionais da escola, estabelecendo oportunidades de exercício de criatividade e espírito de inovação, de renovação das práticas profissionais e de compromisso social da escola (LÜCK, 2008, p. 128).

Nesse sentido, Libâneo; Oliveira; Toschi argumentam que

a principal qualidade da escola pública é seu caráter democrático. Como direito de todos e dever do Estado – no ensino fundamental –, ela possibilita a amplas camadas da sociedade o acesso aos bens culturais acumulados ao longo da história, socializando a cultura e democratizando a sociedade (2007, p. 176).

Esta autonomia na organização escolar, e das finalidades da educação básica, nos faz acreditar que o público alvo da Educação Especial, incluído na escola regular, adquire habilidades para exercer a sua cidadania para progredir no trabalho e em estudos posteriores, o respeito é mútuo entre a comunidade escolar e há ordem democrática é exercida. Quando na verdade se depara nos ambientes escolares a (in) exclusão desses sujeitos, ou seja, a aprovação do aluno que não adquiriu os saberes necessários para progredir pelo fato dele já ser repetente, ou por inúmeras vezes possuir uma deficiência intelectual grave ou transtorno do espectro do autismo, assim o aluno não consegue acompanhar o modelo tradicional da escola e é tachado como não aprendiz, que necessita de alavancas para avançar nos anos escolares.

Nesse contexto, partilha-se a visão de Adorno (1995) e Mészáros (2005),

Se a escola, por si só, não dá conta da transformação da sociedade e dos sistemas econômicos e políticos, se ela não é autônoma em relação ao poder e às decisões políticas e econômicas internacionais e nacionais, tem, no entanto, seu papel de máxima importância – a produção de uma consciência verdadeira (apud PADILHA, 2009, p. 15).

Assim o objetivo da escola, necessita desvincular do ensinar “para a cidadania”, para ensinar “na cidadania”, as práticas pedagógicas precisam exercitar o aluno a apropriar-se dos conteúdos e sempre que necessário (re)elaborá-los, (re)visitá-los e (re)pensá-los. O que se vislumbra é uma escola, com “um ambiente democrático, um ambiente em que todos são responsáveis, com o direito de resolver seus conflitos de maneira participativa (...) uma escola que acredita que o aluno tem que tomar decisões e pode planejar” (PACHECO J.; PACHECO M., 2015, p. 31).

Conforme Lück (2008), a prática educativa escolar necessita ser emancipatória, para contribuir na emancipação dos indivíduos, de suas limitações, das visões distorcidas do mundo e de si mesmos, de seus preconceitos, da ignorância, tornando-se uma escola autônoma-cidadã.

Nesse sentido, pensando em outros modos de ser escola na atualidade, a perspectiva implementada na Escola da Ponte de Portugal proporciona subsídios para pensar em práticas pedagógicas que abrem portas para ensinar na democracia. A proposta da escola conforme Pacheco J., Pacheco M., (2015, p.11) é:

o desenvolvimento de uma organização de escola que tem por referências uma política de direitos humanos que garanta as mesmas oportunidades educacionais e de realização pessoal a todos os cidadãos e a promoção, nos diversos contextos em que decorrem os processos formativos, de uma solidariedade ativa e participativa responsável.

A escola preza por princípios de valorização das formas como se aprende e a onde se aprende. Em busca de uma escola menos autoritária, que constrói dispositivos pedagógicos promotores de autonomia responsável e solidária, “com a finalidade de permitir à criança formar-se num processo de socialização criadora de uma consciência de si como ser social-com-os-outros e, bem assim, a agir como participante de um projeto comum” (PACHECO J.; PACHECO M., 2015, p.11). Lück ressalta que esses princípios de valorização do aluno, permitem ao professor compreender que o seu papel diante do aluno é

desenvolver seu potencial, mediante o alargamento aprofundamento de seus conhecimentos, habilidades e atitudes, de forma associada, passa a envolver o aluno

em uma participação ativa, pela qual exercita processos mentais de observação, análise, crítica, classificação, organização, sistematização, dentro outros, e fazendo perguntas, conjecturando soluções a problemas, sugerindo caminhos, exerce poder sobre o processo educacional e sobre como e o que aprende (...). com essa prática, do ponto de vista do aluno, ocorre a democratização da escola.

Para que esses objetivos sejam alcançados é importante detonar a estruturação da Escola da Ponte, a metodologia e o ambiente de trabalho são muito diferentes da escola “tradicional”, pois, conforme Quevedo (2014, p.70):

não há muros nesta escola, ela se organiza e em uma arquitetura que favorece a concretização dos objetivos que propõe (...). Não há lugares fixos (e nem tempos fixos para brincar, trabalhar e aprender – nem para os alunos nem para os professores), e sim espaços diferenciados ou grandes salas nas quais são realizadas as mais diferentes tarefas (...) também não há aulas: para aprender os alunos desenvolvem projetos de aprendizagem, ou estudam temas de interesse próprio, individualmente ou formando pequenos grupos de interesse em comum.

Em relação à Educação Especial, a Escola da Ponte, conforme Pacheco J.; Pacheco M. (2015), compreende que todos os sujeitos são especiais de diferentes formas, e em diferentes momentos de sua vida, e acrescenta:

todos são especiais e precisam de tratamento especial. Tratar pessoas diferentes da mesma forma é gerar desigualdade. Cada um precisa de um tratamento diferenciado. (...) O objetivo é encontrar um ambiente em que o tratamento de cada um é diferenciado. Ou seja, a igualdade é a diferenciação para todos e não só para os que normalmente são considerados “especiais” (2015, p.127).

Assim, denota-se que o público alvo da educação especial participa de todas as práticas escolares ofertadas, recebem e trocam apoio com os colegas, tutores e orientadores, ou seja, a troca direta de saberes, aprendizagens, apoio, amizade, atenção e respeito. O que nos faz compreender que “cada criança é especial, mas nenhuma é mais especial que as outras” (PACHECO J.; PACHECO M., 2015, p. 154). A função dos educadores é de criar

espaços e oportunidades para progressivas aprendizagens verdadeiras e autônomas. O seu papel é o de "fomentador de curiosidades", de orientador na resolução de problemas. É alguém que assume tarefas de estímulo e organização, um tutor. Nesta linha, o aluno é o centro do processo de aprendizagem, aprendendo, construindo a sua própria aprendizagem (RAPOSO; BIDARRA; FIGUEIRA, 2003, p.18).

Além disso, todos os professores são responsáveis pelos alunos, ou seja, todos atuam no processo de aprendizagem dos sujeitos. É uma escola onde se concretiza o mesmo currículo para todos os alunos, desenvolvido de modo diferente para cada um, pois todos os alunos são especiais e diferentes. Nessa complexidade, Pacheco (2008) explicita que há formação desses educadores deve ser um processo contínuo, participativo e de reflexão crítica sobre a ação, pois através da reflexão crítica que são questionadas as práticas pedagógicas.

E desse modo, os professores questionam e trocam saberes sobre sua prática, buscando compartilhar, apoiar, orientar e solidarizar-se com o colega, criando desafios e pontes para o desenvolvimento de práticas pedagógicas desvinculadas dos métodos tradicionais, que oportunizam a formação de seres reflexivos, cidadãos responsáveis, autônomos e solidários entre si e com o planeta (PACHECO J.; PACHECO M., 2015), o aprender vai além dos muros da escola, o que de fato é extremamente importante para as pessoas com deficiência ou transtorno do espectro do autismo, pois possibilita que estes compreendam-se como sujeitos participantes da sociedade. Um sujeito que não se submete a aprender apenas conteúdos

curriculares para torna-se aceitável socialmente e incluído, mas sim capaz de desenvolver-se além dos seus limites e possibilidades, um sujeito que desenvolve motivação intrínseca para a aprendizagem, tornando significativas e valorizadas. Assim, os princípios e a gestão escolar da Escola da Ponte são democráticos, objetivando a construção de sujeitos reflexivos cidadãos responsáveis consigo e com o mundo. A consolidação da proposta baseada na Escola da Ponte da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Sérgio Lopes, é o primeiro movimento que difere a gestão escolar no município de Santa Maria, é necessário investigar e problematizar suas práticas pedagógicas e gestoras. Por fim, não se pretende defender certas verdades, mas produzir conhecimento que possibilite pensar nas possibilidades inclusivas de uma escola democrática.

REFERÊNCIAS

BRASIL, SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL, **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, seção 1.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, Salamanca: Espanha, 1994.

PADILHA, A. M. L. **Ensino Inclusivo**: Uma expressão incorreta. Re' discutindo a inclusão: Série Estudos Multidisciplinares em Educação Especial, n.4, Londrina: ABPEE, 2009.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de. TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LÜCK, H. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. 3. Ed., Vozes: série de cadernos de gestão. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2008.

MINAYO, M. C. DE S.; DESLANDES S. F.; NETO O. C.; GOMES R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Petrópolis, Vozes 2º ed.; 1994.

PACHECO, J.; PACHECO, F. DE M. **Escola da Ponte**: uma escola pública em debate. São Paulo: Cortez, 2015.

QUEVEDO, T. L. **Escola Projeto Âncora**: gestão, nascimento e desenvolvimento. 2014. 219 p. Dissertação (Mestrado em educação) -Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RAPOSO, N.; BIDARRA, M.^a d. G.; FIGUEIRA, A. **Relatório apresentado a S. Ex.^a a Secretária de Estado da Educação** pela Comissão de Avaliação Externa do Projecto Fazer a Ponte, 2003.

Thamille Pereira dos Santos.

Universidade Federal de Santa Maria.